

**A Relevância da Demonstração de Fluxos de Caixa para as Microentidades:
Perspetiva dos Contabilistas Certificados**

The relevance of Cash Flow Statement for Micro-entities:
Certified Accountant point of view

Daniela Castanheira¹

Sérgio Rosa²

RESUMO

É sabido que o tecido empresarial português é constituído, na sua maioria, por Microentidades. Ainda mais, desde 2016, data em que entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que veio alargar os limites que as definem.

Para esta categoria de entidades, a palavra de ordem é reduzir as obrigações contabilísticas e de relato financeiro, entre as quais se encontra a não apresentação da Demonstração de Fluxos de Caixa. Contudo, verifica-se que esta é uma das Demonstrações Financeiras de maior importância, no que se refere à análise da posição financeira de uma empresa, apresentando um conjunto de vantagens irrevogáveis para os utilizadores desta informação, principalmente quando se tratam de empresas de menor dimensão.

O presente estudo tem como objetivo averiguar se, na ótica do preparador, a informação transmitida por esta Demonstração Financeira é relevante, no que concerne, particularmente, às Microentidades. Para este efeito, foram realizados questionários aos Contabilistas Certificados, dos quais resultou uma amostra de 200 profissionais.

Os resultados obtidos revelam uma discrepância entre a teoria e a opinião manifestada pelos inquiridos. Contudo, através dos testes estatísticos aplicados, verifica-se que a camada mais jovem destes profissionais vê na Demonstração de Fluxos de Caixa um instrumento importante para a análise da informação financeira.

Palavras chave: Demonstração de Fluxos de Caixa, Relevância, Microentidades, Contabilistas Certificados.

¹Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL), daniela.castanheira.92@gmail.com

²Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL), sarosa@iscal.ipl.pt

**A Relevância da Demonstração de Fluxos de Caixa para as Microentidades:
Perspetiva dos Contabilistas Certificados**

ABSTRACT

It's well known that Portuguese business market is predominantly formed by micro-entities. In addition, since 2016, when it was published the Decree-Law n.º 98/2015, of June 2nd, which extends the legal limits that define them.

For this type of entity, one of the main goals is reducing the accounting and reporting obligations, which includes the non-presentation of the Statement of Cash Flow. Nevertheless, this is one of the most important financial statements to be presented, in order to analyze company's financial position. There are many advantages in present it to the stakeholders, mainly when it is a small company.

This study intends to confirm, from an accountant's point of view, if the information which the Statement of Cash Flow provide is relevant, particularly when we are talking about micro-entities. Thus, it was made some questionnaires to certified accountants, resulting in a sample of 200 professionals.

The results reveal a difference between the theory and the professional's point of view. However, from statistics tests, it was possible to verify that the youngest accountants believe that Statements of Cash Flow are important for the financial analysis.

Key Words: Statement of Cash Flow, Relevance, Micro-entities, Certified Accountants

Received on: 2019.02.10

Approved on: 2019.03.01

Evaluated by a double blind review system

1. Introdução

O Sistema de Normalização Contabilística (SNC) prevê um conjunto de Modelos de Demonstrações Financeiras (DF's), essenciais para a gestão e tomada de decisão, por parte dos responsáveis das entidades. De entre os referidos modelos está a Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC), que «deve relatar os fluxos de caixa durante o período classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento» (SNC, NCRF 2, § 7). Tal classificação «proporciona informação que permite aos utentes determinar o impacto dessas atividades na posição financeira da entidade» (SNC, NCRF 2, § 8), traduzindo-se em evidentes vantagens para os seus utentes (Caiado e Gil, 2004).

Apesar da sua importância, a DFC apenas é de apresentação obrigatória para as entidades que respeitem os limites previstos para as médias e grandes empresas e para as que se inserem no setor não lucrativo, estando assim as micro e pequenas entidades dispensadas de apresentar tal DF.

No entanto, como já referido, a informação transmitida pela DFC oferece um conjunto de vantagens irrevogáveis, principalmente quando se tratam de empresas de menor dimensão. Assim, são vários os autores que acreditam que esta deveria ser considerada para o processo de tomada de decisão de Microentidades, como é o caso de Martins, Cruz, Augusto, Silva e Gonçalves (2016), Pestana (2014), Simões (2009) e Breia, Mata e Pereira (2014). Estes últimos acreditam ainda que: sendo o tecido empresarial português constituído, na sua maioria, por Microentidades e sendo estas a categoria de empresas com reporte da informação financeira (obrigatório) mais simplificado, deveria ter sido preconizada a utilização de um modelo reduzido para apresentação da DFC. Desta forma, as Microentidades mantinham as obrigações contabilísticas e de reporte reduzidas, oferecendo aos seus *stakeholders* a informação financeira plena, relativa a resultados económicos e monetários.

Neste contexto, o presente estudo pretende averiguar se na opinião dos preparadores da informação financeira – os Contabilistas Certificados (CC's) – a informação transmitida pela DFC é relevante para as Microentidades. Coloca-se para este efeito a seguinte questão de investigação: *Na perspetiva dos Contabilistas Certificados, será a Demonstração de Fluxos de Caixa relevante para as Microentidades?* Com o intuito de cumprir o objetivo principal estipulado, definiram-se objetivos específicos e formularam-se hipóteses de investigação, que serão apresentadas e testadas no desenvolvimento do estudo.

**A Relevância da Demonstração de Fluxos de Caixa para as Microentidades:
Perspetiva dos Contabilistas Certificados**

O instrumento escolhido para efeitos de recolha da informação foi o inquérito por questionário, dado que, conforme defendem Quivy e Campenhoudt (2005), entre outros, é o método mais adequado para se obter a opinião de uma determinada população, que neste caso é constituída pelos CC's com inscrição ativa na Ordem e que exercem, efetivamente, a atividade.

Com esta investigação pretende-se ainda dar um maior contributo à (escassa) literatura existente sobre o tema. Pretende-se também, de alguma forma, alertar os CC's para as vantagens que a informação transmitida pela DFC proporciona à tomada de decisão, principalmente no que se refere a empresas de menor dimensão, incentivando-os a apresentar esta DF aos Gerentes/Administradores de Microentidades.

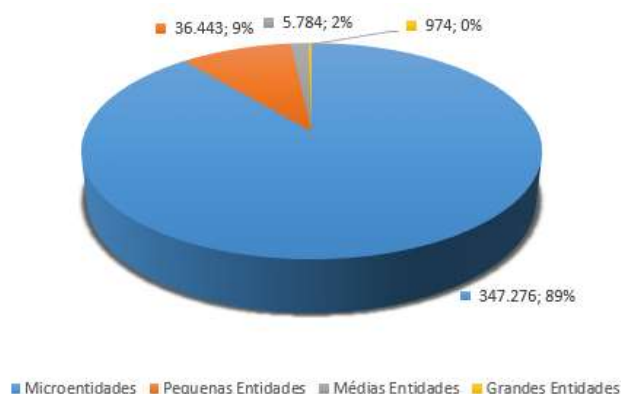
2. Revisão de Literatura

Em Portugal, as entidades são definidas como Micro, Pequenas, Médias ou Grandes entidades, através de um conjunto de critérios quantitativos, definidos atualmente, no Artigo 9.º, do DL n.º 98/2015, de 2 de junho.

Estes critérios (e respetivos limites) são os considerados para efeitos do presente estudo, na medida em que são os que servem de base para aplicação das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e apresentação das DF's.

Em 2012, Pires e Rodrigues afirmavam que o tecido empresarial português se caracterizava por empresas de pequena e muito pequena dimensão. Em 2016, esta característica mantém-se, conforme se verifica pelos dados apresentados pelo Banco de Portugal, representados no gráfico seguinte:

Gráfico 1 – Empresas por dimensão, em Portugal (2016)



Fonte: Dados do Banco de Portugal (Quadros do Setor)

**A Relevância da Demonstração de Fluxos de Caixa para as Microentidades:
Perspetiva dos Contabilistas Certificados**

As empresas de menor dimensão e que se enquadrem nos limites definidos para as Microentidades poderão aplicar as Normas Contabilísticas para Microentidades (NC-ME). Estas normas pretendem «de forma unitária e simplificada, apresenta[r] os critérios de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação para as microentidades» (Gonçalves, Santos, Rodrigo & Fernandes, 2013, p. 52), sendo «as políticas e critérios de reconhecimento e mensuração (...) os mesmos das NCRF, embora redigidos com menor desenvolvimento» (Monteiro, 2013, p. 181).

De acordo com o atual DL n.º 98/2015, de 2 de junho de 2015, as Microentidades que adotem as NC-ME, estão dispensadas de apresentar a DFC. É um facto que, desde a implementação do SNC as Pequenas e Microentidades estiveram sempre dispensadas de o fazer. Contudo, fruto do alargamento dos limites estipulados no decorrer dos últimos anos e até mesmo do facto de as empresas que estão legalmente obrigadas a certificação legal de contas e as que integram grupos de empresas obrigadas a apresentar demonstrações financeiras consolidadas, já poderem, a partir de 2016, adotar as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, para Pequenas Entidades (NCRF-PE) ou as NC-ME, verifica-se que, atualmente, o número de empresas que dispensa a apresentação da DFC (DF em foco neste estudo) é muito superior, comparativamente ao número de empresas abrangidas por estas normas, aquando da implementação do SNC.

As Microentidades têm, contudo, a opção de adotar as NCRF-PE ou o regime mais geral (as NCRF), conforme dita o Artigo 9.º-D, do DL anteriormente referido. Desta forma, passam a estar obrigadas a apresentar o conjunto completo das DF's que, segundo o § 8, do Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro, é composto por: Balanço, Demonstração dos Resultados (DR), Demonstração das Alterações no Capital Próprio (DACP), DFC e outras notas, demonstrações e/ou material explicativo que possam integrar as DF's (habitualmente referido como Anexo). A importância da informação financeira é inquestionável (Barth e Katherine, 2008; Biddle e Hilary, 2006; Plumlee, 2003; Sinha e Watts, 2001), nomeadamente para a gestão das Microentidades (Feliciano, 2015).

Neste contexto, é inegável a importância da apresentação do conjunto completo das DF's que, tal como referido por Sebastião (2014, p. 5): constitui um «instrumento de apoio à tomada de decisão nas organizações, permitindo o conhecimento da situação financeira e económica.» das entidades. Martins (2011, p. 17) reforça ainda esta ideia fundamentando que as principais finalidades das DF's passam por: «Proporcionar informação útil aos utilizadores;

**A Relevância da Demonstração de Fluxos de Caixa para as Microentidades:
Perspetiva dos Contabilistas Certificados**

Avaliar a capacidade da empresa gerar dinheiro e equivalentes de dinheiro e da tempestividade e certeza da sua geração; Informar sobre os recursos económicos controlados pela empresa, estrutura financeira, liquidez e solvência.» Já Azevedo (2012, p. 45) considera que «cada DF é única e cada uma fornece um tipo de informação que será mais ou menos útil para as empresas».

Neste seguimento, é de realçar a relevância que a informação transmitida pela DFC, por si só, pode proporcionar às entidades. Tal como refere Araújo (2010, p. 1, unidade 10, capítulo 5, subcapítulo 1.7.3.) esta DF ajuda os utilizadores a «determinar os influxos e exfluxos futuros de caixa; a avaliar a capacidade da empresa em solver compromissos e pagar dividendos; a compreender as razões para as diferenças entre o resultado líquido e o dinheiro gerado nas atividades operacionais; e a examinar os fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento». Borges, Rodrigues, Rodrigues & Rodrigues (2007, p. 40) salientam ainda uma das grandes vantagens na utilização da DFC: «os fluxos de caixa não são influenciáveis por políticas contabilísticas», ao contrário, por exemplo, da DR que pode ser influenciada pelo Regime de Acréscimo, pelos métodos de valorimetria dos inventários ou pelos métodos de depreciação e de amortização adotados (Martins *et al.*, 2016). Santos (2004, p. 160) reforça ainda esta ideia afirmando que «resultados líquidos avultados não representam garantia de que existe dinheiro para solver compromissos de curto e médio e longo prazos» - o que nos leva a crer que a utilização exclusiva do Regime de Acréscimo (diretamente relacionado com a DR) não é suficiente para analisar a informação financeira de uma empresa, pelo que, a DFC terá um papel fundamental na análise das capacidades financeiras atuais da mesma, nomeadamente no que se refere ao pagamento dos seus compromissos, sem qualquer tipo de distorção.

A DFC regista também as alterações históricas de caixa e seus equivalentes, permitindo ao utilizador da informação financeira perceber quais os meios monetários liberados pela atividade operacional, onde é que foram investidos e como foram financiados (Farinha & Cascais, 2011) - informação que, segundo Martins *et al.* (2016), deve ser a base para a tomada de decisão (e não os resultados líquidos, conforme anteriormente referido), principalmente quando se está perante uma empresa de menor dimensão, já que estas se deparam com um conjunto de fatores que influenciam tanto a sua situação financeira como a dos seus sócios/acionistas. Um dos exemplos evidenciados pelos autores está relacionado com as situações de falência, que enquanto numa empresa de grande dimensão «a perda do acionista se limita ao capital investido, [...] na pequena empresa essa perda pode muitas vezes repercutir-se no património pessoal» (Martins *et al.*, 2016, p. 469).

**A Relevância da Demonstração de Fluxos de Caixa para as Microentidades:
Perspetiva dos Contabilistas Certificados**

Também Pestana (2014, p. 69) acredita que: «Embora a obrigatoriedade de apresentação da DFC não seja imposta às pequenas e médias entidades a sua realização torna-se necessária pois os gestores deste tipo de entidades, que são maioritariamente os seus empresários, acreditam que ter uma empresa bem gerida é o mesmo que tê-la a produzir e a vender esquecendo-se da sua liquidez. [...] o facto de uma entidade obter resultados positivos na base de acréscimo não significa que tenha dinheiro disponível (liquidez), percebendo-se assim a urgência da utilização da DFC para identificar a situação real de uma entidade».

Simões (2009, p. 121) corrobora esta teoria, explicando que: «Para que um pequeno negócio seja bem sucedido é necessário que o seu empreendedor desenvolva capacidades de gestão e adote boas técnicas de administração, levando a sério a condução do seu negócio [...] É neste contexto que o Fluxo de Caixa surge como um dos mais importantes instrumentos de planeamento e controle dos recursos financeiros, ao permitir a antevisão das necessidades ou sobras de caixa e ao servir de apoio à tomada de decisões.»

Breia, *et al.* (2014) para além de acreditarem que a DFC é um elemento importante para as Microentidades, vão ainda mais longe, afirmando que «teria sido razoável [...] preconizar para as pequenas entidades uma demonstração de fluxos de caixa simplificada» (Breia *et al.*, 2014, p. 41) dado que estas são a esmagadora maioria das empresas que operam em Portugal, sendo também as que têm a análise económica e financeira (obrigatória) mais reduzida.

De facto, se se pensar que, nas Microentidades: (i) as DF obrigatórias (Balanço e DR) são processadas numa base de acréscimo, conforme dita a Estrutura Conceptual e que (ii) estas entidades são as que, habitualmente, geram lucros mais reduzidos que quaisquer outras, em princípio, serão também as empresas que deverão ter um maior controlo a nível de tesouraria, tomando decisões relacionadas com a «concessão e obtenção de crédito e de distribuição de dividendos» (Caiado & Madeira, 2008, p. 60) com base nas disponibilidades de caixa, para que não incorram numa situação de falência. Será necessário avaliar cuidadosamente as variações ocorridas na sua estrutura financeira, quer a nível de liquidez como a nível de solvabilidade e analisar a flexibilidade financeira das mesmas. Para este efeito, a DFC consubstancia-se como a DF que proporcionará a informação mais relevante, sendo mesmo considerada como uma das principais DF's na ótica dos (na altura) Técnicos Oficiais de Contas (TOC's), num estudo desenvolvido por Fonseca (2014).

A análise relativa à capacidade da empresa em gerar fluxos que mantenham a sua atividade operacional e que permitam remunerar sócios/acionistas, sem recorrer a novas

**A Relevância da Demonstração de Fluxos de Caixa para as Microentidades:
Perspetiva dos Contabilistas Certificados**

entradas de capital é possível (com maior detalhe e certeza) através do Regime de Caixa (e da correspondente DF – a DFC).

Neste seguimento, é possível afirmar que, embora distintos, o Regime de Acréscimo e o Regime de Caixa «não se substituem, ante se complementam» (Barbosa, 2011, p. 48), dado que, em conjunto, providenciam informação de extrema importância para a tomada de decisão, não sendo possível obter as mesmas certezas e conclusões de uma análise individual.

Desta forma, tendo em consideração a opinião de vários autores, defende-se que mesmo não sendo, atualmente, uma DF obrigatória para as Microentidades, deveria ser apresentada aos Gerentes/Administradores destas sociedades, pela relevância que a sua informação transmite para o processo de tomada de decisão.

3. Objetivos do Estudo, Questão e Hipóteses de Investigação

O principal objetivo desta investigação consiste em averiguar qual a opinião dos CC's quanto à relevância da informação transmitida pela DFC, especificamente para as Microentidades. Assim, estabeleceu-se a seguinte questão de investigação: *Na perspetiva dos Contabilistas Certificados, será a Demonstração de Fluxos de Caixa relevante para as Microentidades?*

Para o cumprimento do principal objetivo deste estudo, foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- 1) Evidenciar, numa vertente prática, a relevância da informação transmitida pela DFC para as Microentidades;
- 2) Avaliar se na opinião dos CC's, a informação transmitida pela DFC é relevante para as Microentidades.

Adicionalmente, pretende-se averiguar se a opinião dos CC's varia consoante algumas características. Assim estabeleceram-se os seguintes objetivos secundários, diretamente relacionados com o segundo objetivo referido:

- 2.1) Avaliar a opinião dos CC's sobre a relevância da informação transmitida pela DFC, para as Microentidades, considerando as suas habilitações académicas.
- 2.2) Avaliar a opinião dos CC's sobre a relevância da informação transmitida pela DFC, para as Microentidades, considerando os anos de experiência profissional.

**A Relevância da Demonstração de Fluxos de Caixa para as Microentidades:
Perspetiva dos Contabilistas Certificados**

2.3) Avaliar a opinião dos CC's sobre a relevância da informação transmitida pela DFC, para as Microentidades, considerando o número de empresas pelas quais é responsável.

Tendo em conta os objetivos expostos, foram formuladas as seguintes hipóteses de investigação:

H.1) Numa vertente prática, a informação transmitida pela DFC é relevante, especificamente para as Microentidades.

H.2) Na opinião dos CC's, a informação transmitida pela DFC é relevante, especificamente para as Microentidades.

H.2a) Não existem diferenças entre as opiniões dos CC's com maior ou menor nível de habilitações académicas, relativamente à relevância da informação transmitida pela DFC, para as Microentidades.

H.2b) Não existem diferenças entre as opiniões dos CC's com mais ou menos anos de experiência profissional, relativamente à relevância da informação transmitida pela DFC, para as Microentidades.

H.2c) Não existem diferenças entre as opiniões dos CC's com maior ou menor número de empresas pelas quais é responsável, relativamente à relevância da informação transmitida pela DFC, para as Microentidades.

4. Metodologia utilizada

O estudo desenvolvido segue uma perspetiva observacional transversal. Neste tipo de estudos, a opinião da população é avaliada a partir da opinião de cada indivíduo que a compõe, sendo que «a alocação dos participantes nos grupos expostos ou não expostos a um fator não está sob o controle do investigador» (Estrela, 2018, p. 115). Neste caso, consiste em estudar e interpretar estatisticamente os dados recolhidos, relacionados com a opinião dos CC's quanto à relevância da informação transmitida pela DFC.

O instrumento utilizado para recolher tal informação foi o inquérito por questionário, que segundo Quivy e Campenhoudt (2005), é o método mais adequado para obter a opinião de uma determinada população. O mesmo foi concebido através da ferramenta *Google Docs*. As questões colocadas são, maioritariamente, fechadas, dado que estas apresentam uma «grande vantagem [...] na codificação e na análise dos resultados.» Barañano (2008, p. 97). Ainda assim, houve necessidade de introduzir algumas questões semi-fechadas por forma a permitir

**A Relevância da Demonstração de Fluxos de Caixa para as Microentidades:
Perspetiva dos Contabilistas Certificados**

aos inquiridos manifestarem outra opção, que não das respostas pré-definidas e uma questão aberta para «saber mais a respeito de uma opinião ou os motivos de um comportamento» (Sampieri, Callado & Lucio, 2013, p. 239), neste caso, para saber mais sobre a opinião dos CC's quanto à relevância da informação transmitida pela DFC, para as Microentidades. Em algumas questões, foi utilizada a escala de *Likerd*, que pretende dar a opção de escolha consoante o «grau de acordo, de satisfação, etc. do inquirido em relação a determinada afirmação contida na questão que lhe é colocada» (Cesca, Orosa, Sousa, Simões, Gaio & Fortes, 2006, p. 125). De notar que, para estes casos concretos, foi desenhada uma escala que classifica o grau de concordância do inquirido para com a questão em causa, através de algarismos, de 0 a 5.

O questionário esteve disponível *online* durante cerca de 3,5 meses. O mesmo foi ainda distribuído presencialmente em duas reuniões livres que decorreram no Auditório António Domingos de Azevedo, em Lisboa.

5. Definição da amostra

A população em estudo é constituída pelos CC's com inscrição ativa na Ordem e que exercem, efetivamente, a atividade. Crê-se que por serem os preparadores da informação financeira, lidarem de perto com as necessidades que os Gerentes/Administradores das entidades têm para o processo de tomada de decisão e por acompanharem as constantes alterações contabilísticas, fiscais e de relato, impostas ao longo dos anos, nas mais variadas áreas, tenham espírito crítico sobre o impacto que estas alterações possam ter, ou não, na gestão das empresas.

De acordo com a informação transmitida pela OCC (por email), a 31 de dezembro de 2017, existiam de cerca de 31.837 membros, que exerciam, efetivamente, a profissão de CC, representando assim a população em estudo, que conforme refere Coutinho (2014) é o conjunto de pessoas a quem se pretende generalizar os resultados obtidos.

Participaram neste estudo 206 CC's: 73 respostas foram obtidas *online*, o que representa cerca de 35% do total; e as restantes 133 (cerca de 65%) foram obtidas através da distribuição presencial do questionário. Apenas foram considerados válidos 200 (6 mostraram-se muito incompletos, o que poderia inviabilizar os resultados e as conclusões a retirar a partir dos mesmos). Assim, a amostra deste estudo (*n*) é constituída por 200 questionários, o que corresponde a cerca de 0,63% da população em estudo.

**A Relevância da Demonstração de Fluxos de Caixa para as Microentidades:
Perspetiva dos Contabilistas Certificados**

Segundo Bracarense (2012) para um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 10%, para esta população, o tamanho da amostra deverá ser, no mínimo, constituído por 96 pessoas. Este valor poderá também ser obtido aplicando a seguinte fórmula descrita por Marcelino (2013):

$$n = \frac{p(1-p)}{\left(\frac{SE}{Z}\right)^2 + \frac{p(1-p)}{N}}$$

Para este efeito, são considerados os dados evidenciados na tabela 1:

Tabela 1 – Definição da amostra mínima

Nível de significância (<i>p-value</i>):	p < 0,05
Nível de confiança (NC)	95%
Variável aleatória normal padronizada (Z)	1,96
Precisão (SE)	10%
Probabilidade de sucesso (p)	50%
População (N)	31.837
Amostra (n)	200
Amostra mínima	96

Fonte: Adaptado de Marcelino (2013 p. 55)

Tendo em consta o exposto, verifica-se que o requisito relativo à amostra mínima necessária para a prossecução do estudo foi cumprido: obtiveram-se 200 questionários, para uma amostra mínima de 96.

6. Procedimentos estatísticos

Para efeitos de análise estatística, foi utilizado o IBM *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 24. Após a criação da base de dados, foram criadas as variáveis compostas, sendo elas: (i) categorias de habilitações académicas, (ii) categorias de anos de experiência como CC/TOC e (iii) categorias de número de empresas pelas quais é responsável. Dado o elevado tamanho da amostra (n = 200), assumiu-se a distribuição normal nas variáveis estudadas, conforme postulado pelo Teorema do Limite Central. Segundo Werkema (2014) este Teorema é aplicado quando o tamanho da amostra é superior a 30, tendendo a distribuição para a normalidade. Este pressuposto permitiu selecionar testes paramétricos. Adicionalmente,

**A Relevância da Demonstração de Fluxos de Caixa para as Microentidades:
Perspetiva dos Contabilistas Certificados**

assumiu-se a igualdade de variâncias nos testes realizados. As técnicas estatísticas utilizadas foram as seguintes:

- 1) Medidas de tendência central, que de acordo com Reis (2009, p. 63) «nos permitem representar um conjunto de dados relativos à observação de determinado fenómeno de forma ainda mais resumida e permitem também a comparação de diferentes distribuições»; e de dispersão, que de acordo com a mesma fonte são medidas que «servem para verificarmos a representatividade das medidas de localização [medidas de tendência central], pois é muito comum encontrarmos variáveis que [...] são compostas de valores bem distintos» (Reis, 2009, p. 97);
- 2) Análise da variância para comparação entre categorias de habilitações académicas (dado que nesta categoria são testados mais de 2 grupos). De acordo com Martinez e Ferreira (2007, p. 118) a vantagem do modelo ANOVA - modelo utilizado nesta investigação - é que «torna possível analisar os efeitos de mais do que uma variável independente em simultâneo, bem como a interação entre essas variáveis»;
- 3) Teste complementar de *Bonferroni*, utilizado para testar as diferenças existentes entre os grupos da análise da variância;
- 4) Teste *t-student* para amostras independentes que permitem a comparação entre grupos de anos de experiência como CC e com os grupos de número de empresas para as quais é CC. Ao contrário do ANOVA, este é o modelo ideal quando se pretende testar menos de 2 grupos por categoria.

Para todos os testes foi definido o erro tipo I para $\alpha=0,05$, o que significa que há cerca de 5% de hipóteses de que se está errado ao rejeitar a hipótese nula.

7. Discussão dos resultados e Conclusões

Dos principais resultados obtidos através do questionário verifica-se que a amostra desta investigação detém características que não se afastam das características da população em estudo, tendo maior representatividade: Licenciados, em Contabilidade, com 16 a 30 anos de experiência profissional como CC/TOC, responsáveis por até 5 empresas, das quais mais de 60% são Microentidades.

Tendo por base os resultados obtidos através do questionário e da prossecução de análises multivariadas, testaram-se as hipóteses de investigação anteriormente referidas.

Assim, a H.1) testou-se a partir de um conjunto de respostas obtidas a determinadas

**A Relevância da Demonstração de Fluxos de Caixa para as Microentidades:
Perspetiva dos Contabilistas Certificados**

perguntas do questionário, obtendo-se os seguintes resultados:

- Cerca de 46% da amostra elabora a DFC anualmente, para uma Microentidade e cerca de 41% “nunca” o faz;
- O motivo que leva cerca de 37% da amostra a elaborar a DFC para Microentidades é o Normativo Contabilístico. Este motivo é algo incoerente com a Revisão de Literatura atrás exposta, contudo, o mesmo poderá justificar-se pelo facto de as entidades poderem optar por aplicar as NCRF, mesmo sendo Microentidades, o que as obriga a apresentar o conjunto completo das DF's;
- Verifica-se ainda que cerca de 78% da amostra – a esmagadora maioria - não concorda que a DFC seja de apresentação obrigatória para as Microentidades.

Assim, numa vertente prática, a informação transmitida pela DFC não é considerada relevante para as Microentidades, dado que: (i) perto de 41% da amostra não tem, atualmente, necessidade de elaborar a DFC para esta categoria de empresas e os 46% que o fazem anualmente, não elaboram a DFC por motivos alheios ao normativo contabilístico; e (ii) a DFC não deveria tornar-se obrigatória para as Microentidades, na opinião dos inquiridos. Desta forma, apesar da Revisão de Literatura evidenciar que a informação transmitida pela DFC é relevante para as Microentidades, os resultados obtidos através do estudo efetuado não confirmam tal relevância, pelo que, a H.1) é rejeitada, concluindo-se que, numa vertente prática, a informação transmitida pela DFC não é considerada relevante, especificamente para as Microentidades.

Também no que se refere à H.2) os resultados obtidos revelam que:

- Cerca de 21% da amostra atribui o grau de relevância 2 (numa escala de 0 a 5, em que 0 é “Nada Relevante” e 5 é “Muitos Relevante”) à informação transmitida pela DFC (em geral).
- O grau de relevância 1 foi também selecionado por cerca de 20% e 0 foi escolhido por cerca de 17% da amostra.

Desta forma, tendo mais de metade da amostra selecionado as opções mais baixas da escala de *Likerd* (0, 1 ou 2, em 5) verifica-se que, para os CC's, a informação transmitida pela DFC não é relevante para as Microentidades, o que nos leva a rejeitar igualmente a H.2).

**A Relevância da Demonstração de Fluxos de Caixa para as Microentidades:
Perspetiva dos Contabilistas Certificados**

Adicionalmente, testaram-se as hipóteses H.2a), H.2b) e H.2c), intimamente relacionadas com a H.2), tendo o objetivo de verificar se a opinião dos inquiridos varia consoante determinadas características.

No que se refere à H.2a), através do teste ANOVA (meio utilizado para o teste desta hipótese) verifica-se que na opinião dos CC's sobre a informação transmitida pela DFC (em geral), para uma Microentidade, $p = 0,022$. Considerando que o intervalo de confiança envolvido é de 95%, se $p < 0,05$ então teremos de rejeitar esta hipótese e afirmar que as variáveis estão associadas (Belfiore, 2015). Neste seguimento, verifica-se que, considerando a escala de *Likerd* utilizada, os CC's que detêm o Ensino Secundário atribuem, em média, um grau de relevância de 3,04 à informação transmitida pela DFC (em geral). Este grau aumenta, à medida que as habilitações académicas também aumentam: o grau médio de relevância atribuído pelos CC's Licenciados é de 3,06 e o dos Pós-Graduados é de 3,75.

Relativamente à H.2b), através do teste *t-student* utilizado, verifica-se que na opinião dos CC's sobre a informação transmitida pela DFC (em geral), numa Microentidade, $p = 0,001$. Novamente, considerando que o intervalo de confiança envolvido é de 95%, sendo $p < 0,05$ então teremos de rejeitar também esta hipótese. De facto, há diferenças significativas entre o grau médio de relevância atribuído pelos CC's com até 20 anos de experiência (3,57), e o grau médio atribuído pelos CC's com mais de 20 anos de experiência (2,80). Assim, é possível afirmar que, quanto menos anos de experiência o inquirido tiver, maior será o grau de relevância atribuído à informação transmitida pela DFC (em geral), para as Microentidades.

Por último, testou-se a H.2c), também através do teste *t-student*. Este revela que $p = 0,035$, para a opinião dos CC's sobre a informação transmitida pela DFC (em geral), para uma Microentidade. Assim, sendo $p < 0,05$ e considerando que o intervalo de confiança envolvido é de 95%, mais uma vez, a hipótese é rejeitada. Verifica-se que os CC's que são responsáveis por um conjunto menor de empresas (menos de 5) atribuem um menor grau médio de relevância (3,11) à informação transmitida pela DFC (em geral), para uma Microentidade, comparativamente aos CC's que são responsáveis por mais de 20 empresas, cujo grau médio de relevância atribuído é de 3,68.

Apresenta-se em seguida a tabela 2 que resume as conclusões retiradas dos testes efetuados às hipóteses em estudo.

**A Relevância da Demonstração de Fluxos de Caixa para as Microentidades:
Perspetiva dos Contabilistas Certificados**

Tabela 2 – Conclusões retiradas dos testes às hipóteses em estudo

HIPÓTESE	REJEITADA/ NÃO REJEITADA	CONCLUSÃO
H.1)	Rejeitada	A informação transmitida pela DFC não é considerada relevante, na prática, especificamente para as Microentidades.
H.2)	Rejeitada	Na opinião dos CC's, a informação transmitida pela DFC não é relevante, especificamente para as Microentidades.
H.2A)	Rejeitada	Quanto maior o nível de habilitações académicas dos CC's, maior o grau médio atribuído relativamente à relevância da informação transmitida pela DFC, para uma Microentidade.
H.2B)	Rejeitada	Quanto menos forem os anos de experiência profissional como CC, maior o grau médio atribuído relativamente à relevância da informação transmitida pela DFC, para uma Microentidade
H.2C)	Rejeitada	Quanto maior for o número de empresas pelas quais o CC é responsável, maior o grau médio atribuído relativamente à relevância da informação transmitida pela DFC, para uma Microentidade

Considerando o acima exposto, verifica-se que, regra geral, os CC's não consideram a informação transmitida pela DFC relevante para as Microentidades, principalmente os que têm mais anos de experiência (que também deverão ser os que têm menos habilitações académicas, pelo facto de que desde 1995 que os candidatos a TOC devem possuir, pelo menos, Licenciatura ou Bacharelato). Assim, à questão de investigação que deu origem a este estudo (*Na perspetiva dos Contabilistas Certificados, será a Demonstração de Fluxos de Caixa relevante para as Microentidades?*) a conclusão a que se chega é que, atualmente, na opinião dos CC's, a DFC é pouco ou nada relevante para as Microentidades. Ainda assim, verifica-se que os CC's com um maior nível de habilitações académicas e os que têm menos anos de experiência profissional atribuem um grau médio de relevância superior, o que poderá significar que a falta de relevância hoje atribuída poderá alterar-se no futuro.

Esta conclusão é ainda corroborada pelo facto de, atualmente, metade da amostra, não ter necessidade de elaborar a DFC, e os que a elaboram, maioritariamente, não o fazem por

**A Relevância da Demonstração de Fluxos de Caixa para as Microentidades:
Perspetiva dos Contabilistas Certificados**

motivos alheios ao normativo contabilístico, ou seja, também não a apresentam de forma voluntária aos utilizadores da informação financeira. Assim, demonstra-se que os CC's não consideram a informação transmitida pela DFC relevante.

8. Limitações

O estudo desenvolvido apresenta algumas limitações, a expor em seguida:

- O reduzido número de artigos científicos sobre o tema, principalmente artigos que relacionem a DFC e as Microentidades;
- Relutância da população em estudo (os CC's) em responder ao questionário, o que obrigou a estender o período em que o mesmo esteve disponível e à necessidade da sua distribuição presencial;
- Por último, salienta-se o reduzido tamanho da amostra, face à população existente, fruto tanto da relutância dos CC's em responder ao questionário como ao pouco tempo disponível para o efeito. Em todo o caso, crê-se que a amostra obtida é suficiente para considerar os resultados do estudo credíveis.

9. Perspetivas Futuras

Sugere-se estudar, em próximas investigações, a relevância da informação transmitida pela DFC para as Microentidades, na perspetiva dos Gerentes/Administradores desta categoria de empresas.

Tendo em conta as conclusões referidas, também poderia ser interessante desenvolver o mesmo estudo daqui a 5-10 anos e comparar os resultados obtidos, verificando tanto se os novos CC's como os CC's com mais anos de experiência (os dessa altura, serão os que têm menos anos de experiência hoje) consideram a DFC mais ou menos relevante que atualmente.

Referências Bibliográficas

- Araújo, J. A. (2010). *Organização de Factos, Contabilização, Relatório Anual de Contas*. Chipre: Dashöfer Holding Ltd. e Verlag Dashöfer, Edições Profissionais, Lda. ISBN: 978-972-98385-3-8
- Azevedo, S. C. P. (2012). *A Importância dos Fluxos de Caixa na análise da solvência, liquidez e viabilidade das empresas*. (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto, Portugal). Disponível em: http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/1194/1/DM_SaraAzevedo_2012.pdf
- Banco de Portugal – Estatísticas – Quadros do Setor. [em Linha]. [Consult. 05-01-2018] Disponível em: <https://www.bportugal.pt/qesweb/UI/QSApplication.aspx?mlid=1193>
- Barañano, A. M. (2008). *Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão. Manual de Apoio à realização de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: Edições Sílabo. ISBN 978-972-618-312-9.
- Barbosa, J. R. R. (2011). *NCRF 2 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e suas implicações Fiscais e de Auditoria*. (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto, Portugal). Disponível em: <http://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/336>
- Barth, M. E. & Schipper, K. (2008). Financial Reporting Transparency. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*: 173-190.
- Belfiore, P. (2015). *Estatística aplicada a administração, contabilidade e economia com Excel e SPSS*. Brasil: Elsevier. ISBN: 978-8535263558
- Biddle, G.C. & Hilary, G. (2006). Accounting Quality and Firm-Level Capital Investment. *The Accounting Review* 81, (5): 963-982.
- Borges, A., Rodrigues, A., Rodrigues, J. M., & Rodrigues, R. (2007). *As Novas Demonstrações Financeiras*. Lisboa: Áreas Editora. ISBN 978-989-8058-07-2
- Bracarense, P. (2012). *Estatística aplicada às Ciências Sociais*. Brasil: IESDE Brasil, S.A. ISBN: 978-85-387-3269-3

**A Relevância da Demonstração de Fluxos de Caixa para as Microentidades:
Perspetiva dos Contabilistas Certificados**

Breia, A. F., Mata, M. N., & Pereira, V. M. (2014). *Análise Económica e Financeira – Aspetos Teóricos e Casos Práticos*. Lisboa: Letras e Conceitos. ISBN 978-989-8305-61-9

Caiado, A. C. P., & Gil, P. M. D. (2004). *Metodologias de Elaboração dos Fluxos de Caixa*. Lisboa: Áreas Editora. ISBN: 972-8472-71-4

Caiado, A. C. P., & Madeira, P. J. (2008). *O Encerramento de Contas na Perspetiva Contabilístico-Fiscal*. (4ª ed.). Lisboa: Áreas Editora, S.A.. ISBN: 978-989-8058-23-2

Cesca, C. G. G., Orosa, B. G., Sousa, J. P., Simões, R. P., Gaio, S., & Fortes, W. G. (2006). *Relações Públicas e suas interfaces*. Brasil: Summus Editorial. ISBN: 978-85-323-0278-6

Coutinho, C. P. (2014). *Metodologias de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. (2ª ed.). Coimbra: Edições Almedina, S.A.. ISBN: 978-972-40-5610-04.

Estrela, C. (2018). *Metodologia Científica - Ciência, Ensino e Pesquisa*. (3ª ed.). Porto Alegre: Artes Médicas. ISBN: 978-85-367-0274-2

Farinha, J. P., Cascais, D. (2011). *SNC e as PME Casos Prático*. 2ª Edição. Alfragide: Texto Editores, Lda. ISBN: 978-972-47-4149-9

Feliciano, A. L. (2015). *A Utilidade da Informação Financeira para a Gestão das Microentidades, na perspetiva dos Gestores e dos Contabilistas Certificados. Estudo de caso de empresas de Vila Franca de Xira*. (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa, Portugal). Disponível em:

<https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/6313/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Ana%20L%C3%ADdia%20Feliciano.pdf>

Fonseca, A. L. M. (2014). *A Utilidade da Demonstração de Fluxos de Caixa na Ótica dos Técnicos Oficiais de Contas*. (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto, Portugal). Disponível em:

http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/6540/1/DM_Ana%20Fonseca_2014.pdf

Gonçalves, C., Santos, D., Rodrigo, J., & Fernandes, S. (2013). *Relato Financeiro Interpretação e Análise*. (2ª ed.). Porto: Vida Económica – Editorial S.A. ISBN: 978-972-788-657-9

**A Relevância da Demonstração de Fluxos de Caixa para as Microentidades:
Perspetiva dos Contabilistas Certificados**

Marcelino, M. M. (2013). *A influência da cultura e do julgamento profissional sobre a contabilidade: uma análise sob o ponto de vista dos preparadores da informação em Portugal*. (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa, Portugal). Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/3708>

Martinez, L. F., & Ferreira, A. I. (2007). *Análise de dados com SPSS – Primeiros passos*. Lisboa: Escolar Editora. ISBN: 978-972-592-212-5

Martins, A., Cruz, I. da, Augusto, M., Silva, P. P. da, & Gonçalves, P. G. (2016). *Manual de Gestão Financeira Empresarial*. (2ª ed.). Lisboa, Escolar Editora. ISBN: 978-972-592-512-6

Martins, C. F. P. (2011). *Os Modelos das Demonstrações Financeiras*. (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto, Portugal). Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/47135977.pdf>

Monteiro, S. M. da S. (2013). *Manual de Contabilidade Financeira*. Porto: Vida Económica – Editorial S.A. ISBN: 978-972-788-651-7

Pestana, A. S. F. (2014). *A Demonstração de Fluxos de Caixa como ferramenta estratégica de gestão*. (Relatório de Estágio de Mestrado em Gestão, Faculdades de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal). Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/27570/1/A%20demonstra%C3%A7%C3%A3o%20de%20fluxos%20de%20caixa%20como%20ferramenta%20estrat%C3%A9gica%20de%20gest%C3%A3o.pdf> RCAAP.

Pires, A. M. M., & Rodrigues, F. J. P. de A. (2012). O efeito da aplicação do SNC no Capital Próprio: Evidência em 50 empresas sujeitas a Revisão Legal de Contas. In *XXII Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica. Sociedade, Territórios e Organizações: Inclusões e competitividade*. Vila Real. [Consult. 02-06-2018]. Disponível em <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/9017/1/Vila%20Real%20SNC%202012.pdf>

Plumlee, M. A. (2003). The Effect of Information Complexity on Analysts' Use of That Information. *The Accounting Review* 78, (1): 275-296.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 4ª Edição. Lisboa: Gradiva. ISBN: 972-662-275-1

**A Relevância da Demonstração de Fluxos de Caixa para as Microentidades:
Perspetiva dos Contabilistas Certificados**

Reis, E. (2009). *Estatística Descritiva*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda. ISBN: 978-972-618-476-8

Sampieri, R. H., Callado, C. F., & Lucio, M. del P. B. (2013). *Metodologia de Pesquisa*. 5ª ed.). México: Penso Editora Ltda. ISBN: 9786071502919

Santos, L. L. (2004). *Fluxos de Caixa*. (3ª ed.). Porto: Vida Económica. ISBN: 972-788-093-5

Sebastião, J. (2014). *Análise das Demonstrações Financeiras como fator determinante na tomada de decisão: Estudo de caso de entidades angolanas*. (Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Ciências Empresariais, Setúbal, Portugal). Disponível em:

<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7336/1/Dissertacao%20%20Jackson%20Sebasti%C3%A3o%20-%20final.pdf>

Simões, A. (2009). *Fluxos de Caixa – Proposta de um modelo adaptado para micro e pequenas empresas*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal). Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/1499/1/2009001055.pdf>

Sinha, N. & Watts, J. (2001). Economic Consequences of the Declining Relevance of Financial Reports. *Journal of Accounting Research* 39, (3): 663-681.

Werkema, C. (2014). *Ferramentas Estatísticas Básicas do Lean Seis Sigma Integradas ao PDCA e DMAIC*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda.. ISBN: 978-85-352-5434-1

Legislação

AVISO n.º 15652/2009. *D.R. 2ª Série*. 173 (07-09-2009) 36227-36234

AVISO n.º 8256/2015. *DR. 2ª Série*. 146 (29-07-2015) 20752-20754

DECRETO-LEI n.º 98/2015. *D.R. 1ª Série*. 106 (02-06-2015) 3470-3493

**A Relevância da Demonstração de Fluxos de Caixa para as Microentidades:
Perspetiva dos Contabilistas Certificados**

How to cite this article:

Rosa, S.A., & Catanheira, D.M.R. (2019). A Relevância da Demonstração de Fluxos de Caixa para as Microentidades: Perspetiva dos Contabilistas Certificados. *Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting*, 5 (9), 89-109. Disponível em <http://u3isjournal.isvouga.pt/index.php/PJFMA>